

Brasília-DF, 21 de agosto de 2026

Encontro Regional CNTI Nordeste reúne lideranças sindicais em João Pessoa



José Reginaldo – presidente da CNTI

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) realizou, nesta quinta-feira (20), em João Pessoa (PB), a segunda etapa do Encontro Regional CNTI Nordeste, na sede da Federação dos Trabalhadores na Indústria do Estado da Paraíba. O evento contou com a participação do presidente da CNTI, José Reginaldo, que conduziu os debates sobre o tema **"Análise da Conjuntura e Eleições 2026"**. Também estiveram presentes o secretário Regional da CNTI/Nordeste, Israel Ferreira de Torres; o presidente da Federação dos Trabalhadores na Indústria do Estado da Paraíba, Thiago de Araújo Costa; o presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Vidros, Cristais e Espelhos do Recife, Carpina e Vitória de Santo Antão, Moacir Alves Cordeiro; além de dirigentes e lideranças de diversos sindicatos dos trabalhadores na indústria da Paraíba.



Israel Ferreira de Torres – Secretário CNTI/Nordeste

A programação foi marcada por um amplo espaço de diálogo, reflexão e troca de experiências sobre o cenário político, econômico e social do país, assim como sobre as transformações que vêm impactando o mundo do trabalho. Ao longo dos debates, foram destacados os desafios enfrentados pelos trabalhadores e a importância do fortalecimento da organização, da unidade e da mobilização sindical para ampliar a defesa dos direitos e interesses da classe trabalhadora.

As perspectivas para as Eleições de 2026 também estiveram entre os temas centrais do encontro, reforçando a relevância da participação dos trabalhadores e do movimento sindical no debate político nacional. A iniciativa reafirma o compromisso da CNTI com o fortalecimento da representação sindical e com a construção de estratégias que contribuam para a valorização do trabalho, a defesa dos direitos sociais e a melhoria das condições de vida dos trabalhadores.



Thiago de Araújo Costa, presidente da FTI do Estado da PB



Presidente da CCJ do Senado diz ter votos para acabar com escala 6x1

Alcolumbre já despachou a proposta para o colegiado, que deve se reunir na semana entre 31 de agosto a 4 de setembro



Otto Alencar na direção da CCJ (Foto: Geraldo Magela/Agência Senado)

O presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, Otto Alencar (PSD-BA), disse que já tem votos no colegiado para aprovar a proposta de emenda à Constituição (CCJ) que reduz a jornada de

Brasília-DF, 21 de agosto de 2026

trabalho para 40 horas semanais e acaba com a escala 6x1.

“Tenho votos para aprovar na CCJ. Não tenho a menor dúvida. No plenário eu não sei, mas na minha comissão que eu presido, eu tenho voto para aprovar o fim da escala 6x1 sem nenhuma dificuldade”, disse Otto.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), já assinou o despacho que encaminha a proposta à CCJ.

Depois das conversas com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Alcolumbre não só destravou a proposta do fim da escala, mas também a PEC da Segurança e projeto sobre minerais críticos e estratégicos, pautas prioritárias do governo.

A expectativa é que as propostas possam ser avaliadas no próximo esforço concentrado no Congresso, marcado para ocorrer de forma presencial entre os dias 31 de agosto e 4 de setembro.

Para a deputada Daiana Santos (PcdoB-RS), autora de projeto de igual teor na Câmara, a PEC do fim da escala 6x1 foi de fato destravada no Senado.

“Após a articulação do nosso presidente Lula, o senador Davi Alcolumbre liberou a tramitação da pauta. Entretanto, é necessário seguir pressionando o Senado. Mesmo com essa mudança de postura, a pauta só será votada após as eleições. Desde o início nós defendemos a escala 5x2, jornada de 40 horas semanais, sem redução de salário”, diz.

Governo mobilizado

A líder do governo no Senado, Teresa Leitão (PT-PE), prevê que as propostas prioritárias serão votadas nas próximas semanas.

“O governo está mobilizado, e seguirei atuando no Senado para transformar esse diálogo em avanços concretos, com mais direitos, segurança, soberania, desenvolvimento e oportunidades para o povo brasileiro”, disse.

Para ela, os recentes encontros entre Lula e Alcolumbre foram decisivos para destravar a tramitação dos projetos no Senado.

“É uma demonstração importante de que o diálogo produz resultados e abre caminhos para fazer avançar uma agenda fundamental para o desenvolvimento do Brasil. Seguimos com muito trabalho e disposição para construir os entendimentos necessários”, afirma.

Fonte: Portal Vermelho

6ª Marcha dos Catarinenses reúne trabalhadores em Florianópolis



A NCST-SC participou da Marcha dos Catarinenses foi realizada nesta terça-feira, 18 de agosto, em Florianópolis, reunindo trabalhadores e trabalhadoras de diferentes regiões de Santa Catarina em uma mobilização em defesa dos direitos trabalhistas, da democracia e da valorização de quem vive do trabalho.

A concentração ocorreu no Parque da Luz, na cabeceira da Ponte Hercílio Luz, a partir das 13h. Participantes levaram bandeiras e camisetas de suas entidades sindicais, reforçando a união da classe trabalhadora catarinense.

Entre as principais pautas da mobilização estiveram a defesa dos direitos dos trabalhadores e a construção de um projeto de Santa Catarina que valorize quem contribui diariamente para o desenvolvimento do Estado.

Do campo à cidade, a mobilização destacou a força e a unidade da classe trabalhadora catarinense.

Fonte: NCST-SC

STF decide ampliar alcance da Lei da Maria da Penha

Lei será aplicada nas eleições de outubro contra violência política

Marcello Casal Jr/Agência Brasil

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu nesta quarta-feira (19) ampliar o alcance da aplicação da Lei Maria da Penha, criada em 2006 para combater a violência contra as mulheres.



Pela decisão, a lei deve ser aplicada pelos juízes para combater toda forma de violência de gênero contra a

Brasília-DF, 21 de agosto de 2026

mulher. Antes da decisão, a norma era aplicada somente em casos de violência doméstica, familiar ou relações íntimas de afeto.

A Corte também estabeleceu que a lei também deve ser aplicada durante as eleições de outubro para combater a violência política de gênero contra as candidatas. A partir desse entendimento, caberá à Justiça Eleitoral decidir sobre a concessão de medidas de proteção.

A Lei Maria da Penha prevê diversas medidas protetivas, como afastamento do agressor do lar, proibição de aproximação da vítima, uso de tornozeleira eletrônica e decretação de prisão preventiva.

Fonte: Agência Brasil

Eleições e valorização do trabalho; Por Nivaldo Santana

A agenda unitária do Fórum das Centrais Sindicais defende um projeto nacional de desenvolvimento baseado na soberania, na democracia e na valorização do trabalho, com fortalecimento da indústria, geração de empregos de qualidade e melhores salários. A pauta inclui ainda o combate à precarização, a redução da jornada sem redução salarial e a manutenção da política de valorização do salário mínimo. Para as centrais, a reeleição de Lula e a derrota da extrema-direita são condições fundamentais para o avanço dessas propostas.

Roosevelt Cássio



O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) divulgou no fim de julho os dados do Novo Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) com base nos indicadores do primeiro semestre deste ano de 2026.

Os dados são positivos. No mês de junho, o saldo positivo dos empregos criados foi de exatos 145.161. Com isso, o mercado de trabalho formal no Brasil, no primeiro semestre, gerou 921.645 novos postos de trabalho.

Esses números apontam, sempre segundo o MTE, que o total de empregos com vínculos trabalhistas no país alcançou 48.032.308 no fim do semestre encerrado em junho.

Com exceção dos estados do Espírito Santo e Tocantins, por fatores sazonais, todas as outras 25 unidades da Federação apresentaram saldo positivo.

Esse incremento dos vínculos trabalhistas faz com que a taxa nacional de desemprego atinja os menores níveis históricos, um indicador importante para medir a mobilidade social e a desigualdade no país.

Todas as camadas foram beneficiadas

A esse respeito, vale citar análise do professor aposentado de Economia da Unicamp Waldir Quadros. Segundo ele, "todas as camadas foram beneficiadas pela mobilidade social no triênio 2023-2025".

O professor Quadros mostra que a mobilidade social não é maior devido "à falta de um sistema de produção industrial moderno". Segundo ele, a desindustrialização "resulta, entre outros malefícios, em atraso tecnológico, baixo crescimento, limitada geração de empregos qualificados e precárias oportunidades ao pequeno negócio".

Corroborando a tese do professor, o Caged aponta que o recorde de empregos criados e o baixo desemprego, dados positivos, são atenuados pelo salário médio real de admissão em junho, de apenas R\$ 2.404,34.

O Brasil, no entanto, melhorou – e muito – com o terceiro governo de Lula, depois da tragédia bolsonarista que havia jogado para baixo todos os indicadores econômicos e sociais.

Por isso, o movimento sindical brasileiro, após a realização da Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, em abril deste ano, aprovou uma importante agenda para avançar nas conquistas.

A agenda unitária do Fórum das Centrais Sindicais defende um projeto nacional de desenvolvimento com soberania, democracia e valorização do trabalho. Para tanto, é essencial ter uma indústria forte, geradora de empregos de qualidade e com melhores salários.

Tudo isso precisa vir acompanhado da luta contra a precarização do trabalho, pela redução da jornada sem diminuição de salários, pela preservação da política de valorização do salário-mínimo.

Essa pauta, para se tornar vitoriosa, precisa, antes de tudo, da reeleição do presidente Lula em outubro. Por isso, a batalha para derrotar uma vez mais a extrema-direita deve estar no topo da agenda do sindicalismo classista.

Nivaldo Santana é Secretário Sindical Nacional do PCdoB; Integrante da Executiva Nacional da CTB (Central dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Brasil)

Fonte: Rádio Peão Brasil

Brasília-DF, 21 de agosto de 2026

Movimentos preparam o 30/8, Dia Nacional de Mobilização pelo Fim da Escala 6x1



Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo definem agenda de ações para fortalecer luta e pressionar senadores pela aprovação; PEC estará em pauta na semana entre 31/8 e 4/9

Finalizado o impasse em torno da tramitação, no Senado, da PEC que acaba com a escala 6x1, as frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo se reuniram para definir uma agenda preparatória do Dia Nacional de Mobilização pelo Fim da Escala 6x1, em 30 de agosto. O objetivo é construir uma grande jornada nacional de luta pela aprovação da proposta, uma das mais importantes para a classe trabalhadora brasileira.

A ideia é demonstrar força social e apoio popular à pauta, de maneira a pressionar os senadores a votar favoravelmente. A data escolhida antecede a semana de esforço concentrado do Congresso Nacional, entre 31 de agosto e 4 de setembro.

A PEC é uma das matérias prioritárias previstas para serem votadas nesse período e vem sendo defendida pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pela base governista ao longo do seu terceiro mandato.

Após conversas entre Lula e o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), que destravaram o andamento do texto e de outras pautas importantes, a PEC foi encaminhada à Comissão e Constituição e Justiça da Casa. A expectativa de líderes do Senado é de que o texto possa ser votado entre o primeiro e o segundo turno das eleições.

Mobilizações pelo Brasil

Na semana da votação no Senado, as frentes defendem intensificar a pressão sobre os senadores; organizar ação simbólica no Senado, com blitz e outras iniciativas de mobilização e visibilidade e articular a presença das organizações, trabalhadores, artistas e personalidades em Brasília.

Para o 30 de agosto, Dia Nacional de Mobilização pelo Fim da Escala 6x1, a proposta é que sejam construídos atos de rua e mobilizações em todo o país, com a ampla participação das centrais sindicais, frentes, movimentos populares, juventudes, entidades nacionais, artistas e influenciadores.

Conforme comunicado das frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo, para viabilizar o ato, de agora até o dia 20 é o período de preparação e mobilização. Entre

as ações definidas estão ampliar o diálogo e o debate interno nas organizações sobre a importância do dia 30 e a perspectiva concreta de conquista do fim da escala 6x1.

Nesse sentido, as frentes defendem a necessidade de trabalhar a aprovação como "uma vitória capaz de fortalecer e dar legitimidade à mobilização social e à agenda dos trabalhadores".

Como forma de espalhar a mobilização para todos os pontos do país, as frentes reforçam que a decisão sobre o dia 30 deve chegar aos estados, com orientação para a construção das agendas locais.

Além disso, propõe o diálogo com artistas, personalidades e influenciadores para que se somem à convocação, com atenção especial a São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília. Da mesma forma, salienta a importância desse diálogo com candidaturas e lideranças políticas.

No dia 20 de agosto, será realizada uma plenária nacional, às 18 horas, com o foco no balanço das ações e fortalecimento da unidade das organizações em torno da reta final da luta pelo fim da escala 6x1.

Fonte: Portal Vermelho

PLENÁRIA NACIONAL
CNTI 80 ANOS

SEPARADOS SOMOS POUCOS, UNIDOS SOMOS MUITOS

80 anos 1946 2026

UNIDOS NA LUTA, PRESENTES NO FUTURO.

14 a 18 de SETEMBRO de 2026

Local:
CTE - CENTRO TÉCNICO EDUCACIONAL DA CNTI
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E TRABALHO
JOSÉ CALIXTO RAMOS
CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA